

CREDITCORP SERVIÇOS
CORPORATIVOS S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações dos valores adicionados	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

a. Resumo da Companhia

A Creditcorp Serviços Corporativos S.A foi fundada em 2017 como uma empresa dedicada a estruturação e operacionalização de fundos e estruturas de financiamento para acesso à crédito B2B com garantia de recebíveis. Conectamos investidores / financiadores, e tomadores de crédito de maneira inteligente e escalável, através de nossa plataforma proprietária. Desde seu início, a Creditcorp Serviços Corporativos S.A busca desenvolver soluções customizadas de crédito, com entrega da solução completa, do funding à operação. Nossa plataforma possibilita a existência de operações multi-financiadores, multi-cedente e multi-sacados.

Em abril de 2023, criamos a Creditcorp Securitizadora S.A. (Creditsec), com o objetivo de atuar no mercado securitização de valores mobiliários através da estruturação, emissão e distribuição de valores mobiliários, incluído CRIs, CRAs, Notas Comerciais, Debêntures e Certificados de Recebíveis aproveitando as sinergias existentes com as áreas de atuação da Creditcorp, bem como a estrutura de sistemas digitais de processamento de recebíveis da mesma. Creditcorp e Creditsec formam o Grupo Creditcorp.

A atuação do Grupo Creditcorp pode ser resumida em 5 grandes blocos: (1) originação de direitos creditórios, onde buscamos empresas para atuarem como sacados e/ou cedentes em operações de antecipação de direitos creditórios; (2) captação de recursos, junto a bancos, fundos e gestoras de patrimônio (Investidores); (3) estruturação de FIDCs; (4) estruturação, emissão e distribuição de valores mobiliários (CRIs, CRAs, Notas Comerciais, Debêntures) através da Creditsec e; (5) processamento digital de operações, através da nossa plataforma proprietária, que se integra com os sacados, cedentes e financiadores, de modo a proporcionar todo o controle das operações no dia a dia. Desta forma, nossas tecnologias e serviços provêm soluções completas para os nossos clientes.

b. Modelo de Negócios

As receitas do Grupo Creditcorp são provenientes de: (1) comissões e taxas cobradas pelo intermediação de recebíveis para os Investidores; (2) receitas financeiras originadas pela compra de recebíveis diretamente com nosso caixa; (3) fees sobre operações estruturadas, cobradas dos emissores de títulos; (4) fees cobrados de clientes pela utilização da plataforma Creditcorp e, (5) fees para estruturação, emissão e distribuição de valores mobiliários, através da Creditsec, além de receitas recorrentes para prestação de serviços de acompanhamento e administração dos valores mobiliários emitidos pela Creditsec. Os valores pagos pelos devedores nas transações indicadas em (1) acima e que são administrados pela Creditcorp, são repassados diretamente para os Investidores dos fundos e/ou produtos de investimento estruturados pela Creditcorp, não transitando pelas contas da Creditcorp. Os Investidores, por sua vez, pagam à Creditcorp uma comissão referente à originação e estruturação de tais negócios, além de um fee para gestão e cobrança das carteiras. Nas operações restantes, a Creditcorp e/ou Creditsec recebem seus fees diretamente dos clientes.

Acreditamos que nosso modelo de negócios, apoiado em uma plataforma que busca satisfazer as necessidades e desejos dos provedores e tomadores de capital, permite transformar a forma como os agentes econômicos se relacionam com o crédito e a catalisar o desenvolvimento econômico das partes. Estas são as premissas fundamentais que nos orientam e que nos movem para continuarmos expandindo e democratizando o acesso a um modelo alternativo e sustentável para o mercado de soluções de crédito, através de nossas principais avenidas de crescimento:

- Ampliação da distribuição de crédito, para que mais empresas possam ter acesso a crédito;

- Precificação cada vez mais assertiva de ativos crédito, fornecendo produtos competitivos para tomadores e retornos sustentáveis para investidores;
- Expansão do nosso portfólio, para criar mais produtos que atendem as necessidades de nossos clientes e a um leque de investidores cada vez maior;
- Inovação contínua e expansão do nosso ecossistema.

No que toca à Creditsec, o foco de médio e longo prazos da empresa é estabelecer um volume recorrente e sustentável de receitas mensais, provenientes da prestação mensal de serviços de administração, operacionalização e processamento dos valores mobiliários emitidos pela mesma.

c. Resultados

A receita líquida consolidada do ano de 2023 atingiu R\$ 469 e representa uma queda de 53% em comparação com o montante de R\$ 1.000 do ano de 2022 que não incluía qualquer receita da Creditsec. A receita líquida consolidada do ano inclui R\$ 297 de receitas da Creditcorp e R\$ 172 de receitas da Creditsec. A queda na receita líquida se deu pela frustração de alguns mandatos de operações em função da desistência dos clientes ou por atraso na estruturação de tais operações, atrasos estes devidos, principalmente, a condições adversas de mercado decorrentes da crise ocasionada pela quebra da Lojas Americanas, no começo de 2023.

Os custos dos serviços prestados, despesas administrativas e operacionais consolidadas totalizaram R\$ 11.107 no ano de 2023 representando um aumento de 20% quando comparado com o montante de R\$ 9.242 no ano de 2022, substancialmente concentrado em despesas de pessoal, e de serviços prestados por terceiros, que foram necessários para o desenvolvimento e lançamento dos novos produtos e serviços. Houve também R\$ 3.026 de Provisão para perdas prováveis na realização de investimentos no Creditcorp II Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, alocados como outras despesas. Excluindo esta provisão, houve queda de 13% nos custos dos serviços prestados, despesas administrativas e operacionais consolidadas em relação ao ano de 2022.

Encerramos o ano de 2023 com um prejuízo consolidado de R\$ 8.953, sendo um prejuízo de R\$ 9.021 referente às operações da Creditcorp e um lucro de R\$ 68 referente as operações de Creditsec. Estes números se comparam a um prejuízo consolidado de R\$ 5.424 no ano de 2022. O aumento do prejuízo decorreu da demora na monetização dos produtos da empresa junto aos clientes, para fazer frente à estrutura de custos, mesmo observada uma expressiva redução dos mesmos, resultante da implantação de um programa de corte no número de colaboradores ao longo do segundo e terceiros trimestres de 2023.

d. Debêntures

Em abril de 2022 a Companhia emitiu debentures que foram subscritas pelo acionista Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (“Debenturista”) em 4 tranches, no valor total de subscrição de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais).

e. Perspectivas para 2024

No último trimestre do ano iniciaram-se as atividades da Creditsec junto ao mercado, sendo que o lançamento comercial junto ao mercado (road show) será realizado ao longo do primeiro trimestre de 2024. Com base neste trabalho de lançamento da Creditsec, esperamos que, a partir do segundo trimestre de 2024, haja o início de uma geração sustentável de receitas relacionadas à origem, estruturação, emissão e distribuição de valores mobiliários, além de receitas de serviços recorrentes associadas a tais transações.

O objetivo da diretoria com o lançamento da securitizadora e a maturação de negociações envolvendo os produtos originais da Creditcorp, é de alcançar o break-even da Companhia dentro do primeiro semestre de 2024, passando a gerar excedentes de caixa no segundo semestre do ano.

Deve colaborar na obtenção destes objetivos a melhora observada no mercado financeiro nacional no final de 2023 e início de 2024, depois de absorvidos os problemas referentes a crise das Lojas Americanas e seus impactos negativos no mercado de crédito em 2023. O continuado crescimento das operações de crédito privado envolvendo valores mobiliários em 2023 e início de 2024 também sinaliza uma demanda robusta para os produtos da Creditcorp/Creditsec ao longo do ano.

f. Relacionamento com auditores independentes

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

g. Agradecimentos

Agradecemos a todos os envolvidos na consolidação das atividades da Companhia dentro do seu mercado de atuação, a todos os clientes, investidores e parceiros, que depositaram apoio e confiança, bem como a todos os nossos colaboradores.

São Paulo, 15 de julho de 2024

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da CreditCorp Serviços Corporativos S.A

São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Creditcorp Serviços Corporativos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Creditcorp Serviços Corporativos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta na rubrica de “Outros valores e bens – Curto e longo prazo” R\$ 249 mil. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos a Companhia não nos havia disponibilizado a documentação suporte para o valor de R\$ 249 mil. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo de referida rubrica, assim como nos demais elementos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Creditcorp Serviços Corporativos S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Creditcorp Serviços Corporativos S.A , cuja apresentação não é requerida às companhias fechada, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão do assunto descrito na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de julho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Vinicius Máximo

Contador CRC 1SP-285464/O-0

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	748	5.717	831	5.717
Contas a receber de clientes	6	1.168	82	1.168	82
Tributos a recuperar	7	74	111	94	111
Ativo fiscal diferido	24.b	-	3.243	-	3.243
Outros créditos	8	-	4	-	4
Outros valores e bens	9	<u>83</u>	<u>83</u>	<u>83</u>	<u>83</u>
		2.073	9.240	2.176	9.240
Não Circulante					
Ativo fiscal diferido	24.b	7.855	-	7.855	-
Outros créditos	8	52	52	52	52
Outros valores e bens	9	<u>83</u>	<u>166</u>	<u>83</u>	<u>166</u>
		7.990	218	7.990	218
Investimentos	10	68	-	-	-
Imobilizado	11	<u>173</u>	<u>211</u>	<u>173</u>	<u>211</u>
		241	211	173	211
		8.231	429	8.163	429
Total do ativo		10.304	9.669	10.339	9.669
Passivo					
Circulante					
Parcelamentos de Impostos curto prazo	12	16	18	16	18
Tributos a recolher	15	10	303	34	303

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de Reais)

Obrigações trabalhistas e sociais	17	391	304	391	304
Outras contas a pagar	18	65	58	76	58
		482	683	517	683
Não Circulante					
Debênture	13	13.447	4.124	13.447	4.124
AFAC	14	221	-	221	-
Parcelamentos de Impostos	12	6	25	6	25
		13.674	4.149	13.674	4.149
Patrimônio líquido					
Capital social	19.a	11.395	11.395	11.395	11.395
Prejuízos acumulados		(15.511)	(6.558)	(15.511)	(6.558)
Resultado de exercícios anteriores	20	264	-	264	-
		(3.852)	4.837	(3.852)	4.837
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		(3.852)	4.837	(3.852)	4.837
Total do Patrimônio líquido		(3.852)	4.837	(3.852)	4.837
Total do passivo e Patrimônio líquido		10.304	9.669	10.339	9.669

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	297	1.000	469	1.000
Receitas/(despesas) operacionais					
Custo dos Serviços Vendidos	22.a	(2.059)	(2.910)	(2.059)	(2.910)
Despesas Gerais e Administrativas	22.b	(8.966)	(6.332)	(9.048)	(6.332)
		(11.025)	(9.242)	(11.107)	(9.242)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(10.728)	(8.243)	(10.638)	(8.243)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	577	614	577	614
Despesas financeiras	23	(3.482)	(328)	(3.482)	(328)
		(2.905)	287	(2.905)	287
Equivalência patrimonial	10.c	68	-	-	-
		(2.837)	287	(2.905)	287
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(13.565)	(7.956)	(13.543)	(7.956)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	4.612	2.532	4.590	2.532
Prejuízo do período		(8.953)	(5.424)	(8.953)	(5.424)
(Prejuízo) básico e diluído por ação atribuível a controladores - R\$	25	(8,51)	(5,15)	(8,51)	(5,15)

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do período	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>
Total do resultado abrangente atribuível a: Controladores	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>
	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>

CreditCorp Serviços Corporativos S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores			
		Consolidado			
	Nota	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	Total controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.395	(1.134)	261	261
Aumento de capital - Classe ON	19.a	10.000	-	10.000	10.000
Prejuízo do período		-	(5.424)	(5.424)	(5.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		11.395	(6.558)	4.837	4.837
Saldos em 31 de dezembro de 2022		11.395	(6.558)	4.837	4.837
Aumento de capital - Classe ON	19.a	-	-	-	-
Prejuízo do período		-	(8.953)	(8.953)	(8.953)
Resultado de exercícios anteriores	20		264	264	264
Saldos em 31 de dezembro de 2023		11.395	(15.247)	(3.852)	(3.852)

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(8.953)	(5.424)	(8.953)	(5.424)
Ajustes para:				
Resultado de exercícios anteriores	264	-	264	-
Depreciações/Amortizações	39	22	39	22
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.612)	(2.532)	(4.612)	(2.532)
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	-	-	22	-
Juros pagos	-	298	-	298
Equivalência patrimonial	(68)	-	-	-
	(13.330)	(7.636)	(13.240)	(7.636)
Variação nos ativos e passivos:				
(Aumento)/Diminuição em contas a receber	(1.086)	511	(1.086)	511
(Aumento)/Diminuição em outros tributos a recuperar	37	(63)	17	(63)
(Aumento)/Diminuição em outros créditos	87	84	87	84
Aumento/(Diminuição) em contas a pagar	7	(511)	18	(511)
Aumento/(Diminuição) em outros tributos	(314)	270	(290)	270
Aumento/(Diminuição) em obrigações trabalhistas e sociais	86	251	86	251
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(14.513)	(7.095)	(14.408)	(7.095)
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	-	-	(22)	-
Juros pagos	(3.482)	(298)	(3.482)	(298)
Equivalência patrimonial	68	-	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(14.444)	(7.392)	(14.430)	(7.392)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos	(68)	-	-	-
(Aquisição) no imobilizado	(1)	(192)	(1)	(192)
Mútuo com partes relacionadas	-	88	-	88
Amortização de Intangível	-	1	-	1
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(69)	(103)	(1)	(103)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Novos empréstimos e financiamentos	9.544	3.210	9.544	3.210
Aumento de capital	-	10.000	-	10.000
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	9.544	13.210	9.544	13.210
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(4.969)	5.714	(4.886)	5.714
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.717	3	5.717	3
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	748	5.717	831	5.717
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(4.969)	5.714	(4.886)	5.714

CreditCorp Serviços Corporativos S.A
Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Receita bruta da atividade	<u>376</u>	<u>1.168</u>	<u>557</u>	<u>1.168</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(5.446)</u>	<u>(3.108)</u>	<u>(5.491)</u>	<u>(3.108)</u>
Custos dos serviços Prestados	(536)	(1.045)	(536)	(1.045)
Serviços de Terceiros	(1.500)	(1.580)	(1.556)	(1.580)
Materiais, Energia e Outros	(3.410)	(482)	(3.399)	(482)
Valor adicionado bruto	<u>(5.070)</u>	<u>(1.939)</u>	<u>(4.934)</u>	<u>(1.939)</u>
Depreciação e amortização	<u>(122)</u>	<u>(105)</u>	<u>(122)</u>	<u>(105)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>(5.192)</u>	<u>(2.044)</u>	<u>(5.056)</u>	<u>(2.044)</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	68	-	-	-
Receitas Financeiras	<u>577</u>	<u>614</u>	<u>577</u>	<u>614</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>(4.547)</u>	<u>(1.430)</u>	<u>(4.479)</u>	<u>(1.430)</u>
Distribuição do valor adicionado	(8.953)	(5.424)	(8.953)	(5.424)
Pessoal	<u>5.203</u>	<u>5.965</u>	<u>5.240</u>	<u>5.965</u>
Salários	3.282	4.176	3.282	4.176
Benefícios	941	635	941	635
Impostos	980	1.154	1.017	1.154
Impostos, taxas e contribuições	<u>(4.404)</u>	<u>(2.354)</u>	<u>(4.373)</u>	<u>(2.354)</u>
Federais	(4.538)	(2.432)	(4.516)	(2.432)
Municipais	134	78	143	78
Remuneração de capitais de terceiros	<u>3.607</u>	<u>383</u>	<u>3.607</u>	<u>383</u>
Juros	3.449	317	3.449	317
Aluguéis	158	66	158	66
Remuneração de capitais próprios	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>
Resultados do Período				
Valor adicionado distribuído	<u>(4.547)</u>	<u>(1.430)</u>	<u>(4.479)</u>	<u>(1.430)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Creditcorp Serviços Corporativos S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 07 de julho de 2017, com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispostos no Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas da Companhia arquivado na sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.

A Companhia tem por objeto social:

- Prestação de serviços de estruturação e operacionalização de fundos/estruturas de financiamento para acesso à crédito B2B com garantia de recebíveis;
- Prestação de serviços de cobrança junto a sacados;
- Prestação de serviços de estruturação, emissão, distribuição e operacionalização de produtos estruturados (CRIs, CRAs, Debêntures e Notas Comerciais), através de sua subsidiária Creditcorp Securitizadora S.A. (**Creditsec**).

A Companhia está atualmente sediada na Rua Fidêncio Ramos 100, 14º. andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil.

2 Entidade Controlada

A Creditcorp controla 99,99% do capital social da Creditcorp Securitizadora S.A. (Creditsec), empresa fundada em abril de 2023 e que atua no mercado securitização de valores mobiliários através da estruturação, emissão e distribuição de valores mobiliários, incluído CRIs, CRAs, Notas Comerciais, Debêntures e Certificados de Recebíveis. A empresa foi criada com o intuito de aproveitar sinergias existentes com as áreas de atuação da Creditcorp, bem como a estrutura de sistemas digitais de processamento de recebíveis da mesma. Creditcorp e Creditsec formam o Grupo Creditcorp.

Em função de ser uma controlada da Creditcorp, as informações financeiras da Creditsec são apresentadas nos números consolidados informados mais a frente neste documento. Os resultados da Creditsec são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

(i) Normas Contábeis Aplicáveis**a) Demonstrações Financeiras Individuais**

Para a elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), exceto quanto ao tratamento da avaliação de investimentos em controladas e coligadas pela equivalência patrimonial, que é requerido pela legislação societária brasileira.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

Para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - "Demonstrações Consolidadas", que é equivalente ao IFRS 10 - "Consolidated Financial Statements" emitido pelo IASB. O CPC 36 (R3) estabelece os princípios para a apresentação e a preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades.

(ii) Principais Normas e Pronunciamentos Utilizados

A seguir, são listados os principais pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC que foram aplicados na elaboração e preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 - Ativo Imobilizado

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas

CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

(iii) Conformidade com as IFRS

As demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo IASB. A adoção dessas normas e pronunciamentos reflete o compromisso da Companhia em manter um elevado nível de transparência e qualidade na divulgação de suas informações financeiras.

(iv) Responsabilidade pela Informação Contábil

A administração da Companhia é responsável pela elaboração, integridade e consistência das informações contábeis apresentadas nestas demonstrações financeiras.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas adotadas no Brasil e o pronunciamento técnico que compreendem os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração da Companhia em 24 de junho de 2024.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou de forma facultativa as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, e como informação suplementar às demonstrações contábeis individuais, pois não é uma demonstração requerida pelo IAS 34. Esta demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes ativos e passivos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

4 Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

b. Receitas de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o benefício sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

As principais fontes de receita da Companhia são: (i) prestação de serviços de originação de novas operações de antecipação de recebíveis junto a financiadores (fundos de investimentos concentrados em direitos creditórios, bancos etc.), e de taxas de sucesso (*performance fee*), com a utilização da plataforma CreditCorp; (ii) gestão de carteira e de cobrança, conforme nota explicativa n° 18 e (iii) prestação de serviços de estruturação, emissão, distribuição e gestão de valores mobiliários.

Tipo serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Serviços de originação de novas operações de antecipação de recebíveis e utilização de plataforma.	<p>As faturas para os serviços de originação de novas operações, denominado taxa de consultoria são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em até 5 dias úteis de sua emissão.</p> <p>Para os contratos que contemplam taxa de performance, as faturas são emitidas ao final de cada período de apuração (definido em contrato) e pagas em até 5 dias úteis.</p> <p>A Companhia presta serviços de originação de ativos representados por direitos creditórios adquiridos por fundos de investimento. Os fundos usufruem dos serviços de gestão constantemente, a medida que os serviços são prestados, motivo esse pelo qual a taxa de consultoria é apurada diariamente pelo Administrador do Fundo e reconhecida / paga mensalmente. A remuneração é baseada em um percentual do volume de operações que o cliente realiza através da plataforma da CreditCorp junto aos FIDCs e bancos parceiros. A taxa de performance só é paga quando o patrimônio do fundo gerido supera o benchmark estabelecido no regulamento do Fundo.</p>	<p>A taxa de consultoria é reconhecida mensalmente à medida que os serviços são prestados com base no patrimônio líquido dos fundos geridos.</p> <p>A taxa de performance é calculada por um % multiplicado pela variação positiva do patrimônio líquido diário dos fundos geridos e do <i>benchmark</i> determinado em contrato ou no regulamento dos fundos. A taxa de performance é reconhecida quando termina o período de contagem e isto ocorre quando a empresa conhece o valor da comissão de performance a ser cobrada.</p>
Gestão de carteira e cobrança	<p>Serviços de gestão de carteira e cobrança: gestão de carteira de recebíveis e cobrança de créditos vencidos, e relacionamento com os sacados e cedentes. Os fundos usufruem dos serviços constantemente, à medida que os</p>	<p>A receita é reconhecida mensalmente, assim que o fundo assina o contrato, pois é quando o mesmo tem acesso ao pacote de serviços de gerenciamento de carteira.</p>

Tipo serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Estruturação, emissão e distribuição de valores mobiliários	serviços são prestados, motivo esse pelo qual a remuneração é reconhecida mensalmente.	A receita referente aos serviços de estruturação, emissão e distribuição de valores mobiliários é reconhecida integralmente no mês de recebimento.
	A cobrança dos serviços é feita com base em tabela de preços, prevista em cada contrato de prestação de serviços	
	As faturas referentes aos serviços de estruturação, emissão e distribuição de valores mobiliários prestados pela Creditsec, denominados fees, são emitidas nas datas de emissão de tais valores mobiliários e normalmente são pagas em até 5 dias úteis de sua emissão.	As receitas referentes aos serviços de gestão de patrimônios separados são reconhecidas mensalmente, assim que o patrimônio separado é criado, pois é quando o mesmo tem acesso ao pacote de serviços de gestão.
	A Companhia, através da Creditsec, presta serviços de gestão dos patrimônios separados de cada emissão de valor mobiliário emitido por ela. Os patrimônios usufruem dos serviços constantemente, à medida que os serviços são prestados, motivo esse pelo qual a remuneração é reconhecida mensalmente.	
	A cobrança dos serviços é feita com base em tabela de preços, prevista em cada contrato de prestação de serviços	

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receita de juros, despesa de juros, ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro a valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 mil (teto trimestral) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e aparelhos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Softwares (Capex)

Os gastos com desenvolvimento de softwares são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento

capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os outros ativos são representados por marcas e softwares não desenvolvidos internamente.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

f. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento inicial*

O “Contas a receber de clientes” e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por

um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

g. Capital social

É constituído por ações ordinárias, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, quando aplicável, são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

(ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iii) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos distribuídos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos

monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

i. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

j. Contas a receber de clientes

A qualidade da carteira de crédito da Companhia e de seus clientes que utilizam a plataforma da Companhia para suas transações está associada ao risco de inadimplência de clientes e segmentos de negócios a eles relacionados. Alterações no perfil de negócios podem ocorrer em função de crescimento orgânico, com o desenvolvimento de novos produtos, captação de novos clientes e expansão para novos mercados com um perfil de risco mais arrojado ou, ainda, em função de fusões e aquisições que a Companhia pode vir a realizar, adquirindo sociedades que contam com uma carteira de clientes com qualidade de crédito inferior àquela dos seus atuais clientes, bem como em função de alterações nas condições econômicas, alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos segmentos nos quais a Companhia e/ou seus clientes atuam, entre outros fatores. Quaisquer alterações nas condições econômicas e políticas, diminuição na demanda dos clientes, aumento na concorrência de mercado e alterações regulatórias podem afetar

negativamente a taxa de crescimento e a qualidade da carteira de crédito da Companhia e de seus clientes, resultando no aumento do risco de inadimplência e afetar negativamente as operações, acesso a recursos de terceiros e situação financeira da Companhia.

Devido à limitação quanto à disponibilidade de informações para a avaliação da capacidade de obter crédito de um cliente, a Companhia se baseia em informações disponíveis em seus bancos de dados, se existentes, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor e fontes privadas, para realizar a análise do perfil de crédito de cada um de seus clientes. A gestão do risco de crédito é baseada no modelo operacional próprio da Companhia, no qual a maioria dos serviços prestados é realizado no curto prazo com pagamentos em até 30 dias. Ainda assim, são realizadas análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, quando aplicável, e adotadas formas efetivas de cobrança. A análise efetuada pela Companhia segue critérios definidos e baseados em informações internas, específicas do negócio em que a Companhia opera, bem como informações externas, cadastrais ou comportamentais dos clientes, sendo estes modelos revistos periodicamente com base nas taxas históricas de perdas de cada cliente. A Companhia destaca que não possui histórico significativo de perdas efetivas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Nenhum dos saldos de clientes foi baixado ou apresentou problemas de recuperação na data do balanço, havendo apenas eventuais atrasos em relação às datas de vencimento. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com a Companhia, e existência de dificuldades financeiras no passado.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de provisão para perdas esperadas registrados em seus livros contábeis, no valor de R\$ 2.946 referente as perdas prováveis na realização de investimentos no Creditcorp II Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, as quais decorrem do pedido de recuperação judicial da empresa Unicoba. Energia S.A., a qual solicitou recuperação judicial em 01 de junho de 2023.

k. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluídos, nos períodos apresentados.

l. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

m. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	0	9	1	9
Aplicações financeiras	748	5.708	830	5.708
	748	5.717	831	5.717

Caixa representa os valores mantidos em contas correntes junto a Instituições Financeiras no país e no exterior. As Aplicações financeiras referem-se a cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, Referenciado -DI, lastreadas em títulos públicos e privados, remunerados pela taxa média de 92% a 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Essas aplicações possuem liquidez imediata, sem perda dos rendimentos, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Contas a receber de clientes

a. Composição

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber de clientes é composto a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Duplicatas a receber – Banco BTG Pactual S.A.	-	15	-	15
Duplicatas a receber – Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.	-	20	-	20
Operações de recebíveis – TIFFIN	15	47	15	47
Operações de recebíveis – BR AÇO	28	-	28	-
Operações de recebíveis – CARTÃO	3	-	3	-
Operações de recebíveis – PAMCASH	1.055	-	1.055	-
Operações de recebíveis – YPETRO	67	-	67	-
	<u>1.168</u>	<u>82</u>	<u>1.168</u>	<u>82</u>

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributos a recuperar	74	111	94	111
	<u>74</u>	<u>111</u>	<u>94</u>	<u>111</u>

Os tributos a recuperar referem-se a imposto de renda e contribuição social, créditos de PIS/COFINS sobre custos e despesas e imposto de renda retido na fonte a compensar.

8 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	-	4	-	4
Depósito caução aluguel	52	52	52	52
	<u>52</u>	<u>56</u>	<u>52</u>	<u>56</u>

9 Outros valores e bens

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Antecipadas (a)	166	249	166	249
	<u>166</u>	<u>249</u>	<u>166</u>	<u>249</u>

(a) Refere-se a despesas pré-operacionais, que estão sendo amortizadas em 60 meses., incluindo despesas comerciais e despesas administrativas.

10 Investimentos

a. Composição dos investimentos

A composição dos investimentos nas controladas está demonstrada a seguir:

Controlada	% Participação	2023	2022
Creditcorp Securitizadora S.A. (a)	99.99%	-	-

- (a) O capital da Companhia é de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O valor integralizado do Capital Social é de R\$ 10 (dez reais), restando integralizar R\$ 499.990 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa reais) no prazo de 12 (doze) meses contados da data da sua constituição.

b. Informações resumidas dos investimentos

Creditcorp Securitizadora S.A.	2023	2022
Ativo	103	-
Passivo	52	-
Patrimônio líquido	51	-
Resultado do exercício	68	-

c. Movimentação dos investimentos

Creditcorp Securitizadora S.A.	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Aporte de capital	-	-
Equivalência patrimonial	68	-
Saldo final	68	-

11 Imobilizado

Controladora e Consolidado

	Máquinas e Aparelhos	Equipamentos de informática	Moveis e Utensílios	Benefitoria em Imóveis de Terceiros	Total
Taxas anuais de depreciação	20%	20%	20%	20%	
Custo					
Saldo em 01/01/2022	2	48	-	-	50
Adições	-	125	65	2	192
Saldo em 31/12/2022	2	173	65	2	242
Saldo em 01/01/2023	2	173	65	2	242
Adições	-	1	-	-	1
Saldo em 31/12/2023	2	174	65	2	243

Depreciação					
Saldo em 01/01/2022	(2)	(7)	-	-	(9)
Despesa de depreciação	-	(20)	(2)	-	(22)
Saldo em 31/12/2022	(2)	(27)	(2)	-	(31)
Saldo em 01/01/2023	(2)	(27)	(2)	-	(31)
Despesa de depreciação	1	(32)	(7)	(1)	(39)
Saldo em 31/12/2023	(1)	(59)	(9)	(1)	(70)
Valor contábil					
Saldo em 31/12/2023	1	115	56	1	173
Saldo em 31/12/2022	-	146	63	2	211

12 Parcelamentos de Impostos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta de parcelamentos de impostos é composto a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	4	10	4	10
ISS	18	33	18	33
	<u>22</u>	<u>43</u>	<u>22</u>	<u>43</u>

O processo referente ao parcelamento de COFINS é o de número 19679-410332/2021-97, feito em 45 parcelas, com a primeira em jan/21 e a última em set/24. Até o mês de dezembro/23, tinham sido quitadas 36 parcelas, restando 9 ainda em aberto.

Já o processo referente ao ISS é o de número 3150737, feito em 56 parcelas, com a primeira parcela em fev/21 e a última em set/25. Até o mês de dezembro/23, tinham sido quitadas 35 parcelas, restando 21 ainda em aberto.

13 Debêntures

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta de Debêntures é composto a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	13.447	4.124	13.447	4.124
	<u>13.447</u>	<u>4.124</u>	<u>13.447</u>	<u>4.124</u>

Montante se refere a debênture não conversível emitida pela Creditcorp em setembro de 2022.

A debênture tem vencimento em 01 de março de 2025, quando deverá ser pago o total de principal mais juros, não existindo pagamentos de juros nem amortizações parciais até a data de vencimento. A debenture não possui covenants financeiros a serem observados pela Companhia. Consta no saldo da debênture R\$ 1.359 referentes a remuneração adicional presente na Escritura de emissão da debênture.

14 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta de AFAC é composto a seguir

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
AFAC	221	-	221	-
	<u>221</u>	<u>-</u>	<u>221</u>	<u>-</u>

Adiantamento para futuro aumento de capital - Creditora Participações Ltda.

15 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos sobre salários	4	295	26	295
Impostos sobre serviços prestados por terceiros	6	8	8	8
	<u>10</u>	<u>303</u>	<u>34</u>	<u>303</u>

16 Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Transação	Parte relacionada	Relação	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo / receita						
Contratos de mútuo (a)	Pessoas físicas	Acionistas	-	-	-	(44)
Total			-	-	-	(44)
(Passivo) /(despesa)						
Debênture (b)	Fundo de Investimentos	Acionistas	(13.447)	(4.124)	(3.447)	(124)
Total			(13.447)	-	(3.447)	(124)

(a) Valor correspondente a Contrato de mútuo com o CEO da Companhia, liquidado parcialmente em setembro de 2022, no valor de R\$ 44. O restante do valor de mútuo foi levado a prejuízo e será utilizado em futuro ajuste de participação acionaria previsto no 1º e nos 2º. aditivos ao Acordo de Investimentos.

(b) Valor correspondente a debênture não conversível conforme nota explicativa 13.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração atribuída aos administradores está representada por benefícios de curto prazo e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 estavam assim distribuídas:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa	727	1.827
	<u>727</u>	<u>1.827</u>

Os Diretores Estatutários são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

Durante o exercício de 2022 e 2023 não houve pagamento de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou qualquer tipo de remuneração baseada em ações que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT.

17 Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias e encargos (a)	391	304	391	304
	<u>391</u>	<u>304</u>	<u>391</u>	<u>304</u>

- (a) No primeiro trimestre de 2023 foi feito ajuste de provisão de férias no valor de R\$ 60.012,97 referente à exercícios anteriores. Este ajuste está referenciado na rubrica Resultado de exercícios anteriores conforme nota explicativa 20.

18 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras contas a pagar (a)	65	58	76	58
	<u>65</u>	<u>58</u>	<u>76</u>	<u>58</u>

- (a) Os saldos referem-se a contas operacionais a pagar.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em dezembro de 2023 é de R\$ 11.395 (R\$ 11.395 em dez/22) sendo este valor em sua totalidade em ações ON, dividido em 1.052.361 (dez/22 – 1.052.361) ações, todas nominativas e sem valor nominal, cujas quantidades estão distribuídas da seguinte forma:

	<u>Ações em quantidade</u>	
	ON	Total
Posição em 01.01.2022	<u>1.052.361</u>	<u>1.052.361</u>
Movimentação	-	-
	<u>1.052.361</u>	<u>1.052.361</u>
Ações em circulação em 31.12.2022	<u>1.052.361</u>	<u>1.052.361</u>
Posição em 01.01.2023	<u>1.052.361</u>	<u>1.052.361</u>
Movimentação	-	-
	<u>1.052.361</u>	<u>1.052.361</u>
Ações em circulação em 31.12.2023	<u>1.052.361</u>	<u>1.052.361</u>

O lucro líquido apurado no encerramento do exercício social, depois de deduzidas as amortizações previstas em lei, será distribuído da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal não excedendo a 20% (vinte por cento) do Capital Social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) para a distribuição a título do dividendo mínimo obrigatório, salvo deliberação diversa em Assembleia Geral; e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral que decidirá sobre sua destinação.

b. Reserva de lucros

(iv) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 0 (dezembro de 2022 – R\$ 0).

(v) Reserva de retenção de lucros

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

- O resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e
- O lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202 da Lei 6.404/76, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da referida reserva é de R\$ 0 (dezembro de 2022 - R\$ 0).

c. Dividendos mínimo obrigatório

Conforme descrito no item (a), desta nota explicativa, é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório, deduzido da reserva legal, correspondente a: 25% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício social para os acionistas detentores de ações ordinárias, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que serão deliberadas em Assembleia.

Não havia saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2023.

20 Resultado de exercícios anteriores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias e encargos (a)	60	-	60	-
Juros sobre contrato de debêntures (b)	204	-	204	-
	264	-	264	-

(a) Conforme nota explicativa 17.a.

(b) Conforme nota explicativa 23.a.

21 Receita operacional líquida

Política contábil, conforme descrita na nota explicativa nº 3 (b).

As principais fontes de receita da Companhia são:

(i) Receitas com prestação de serviços que tem como principais fontes

- Originação de novas operações de antecipação de recebíveis junto a financiadores (fundos de investimentos concentrados em direitos creditórios, bancos etc.), e de taxas de sucesso (performance fee), com a utilização da plataforma CreditCorp
- Gestão de carteira e de cobrança

Abaixo quadro resumo das receitas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita com prestação de serviços	376	1.168	557	1.168
Total da receita bruta da atividade	376	1.168	557	1.168
Impostos diretos (a)	(79)	(168)	(88)	(168)
Receita líquida da atividade	<u>297</u>	<u>1.000</u>	<u>469</u>	<u>1.000</u>

(a) Os impostos diretos referem-se ao Imposto sobre Serviços – ISS, PIS e COFINS.

a. Informação sobre produtos e serviços

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes por principais linhas de serviços.

Para os exercícios findos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Principais produtos / linhas de serviços				
Originação de novas operações	330	1.110	511	1.110
Gestão de carteira e de cobrança	46	58	46	58
Receita Bruta dos produtos	<u>376</u>	<u>1.168</u>	<u>557</u>	<u>1.168</u>

b. Segmentos geográficos

A Companhia não possui receitas materiais provenientes de clientes externos e seus clientes estão substancialmente concentrados no território nacional.

22 Custo dos Serviços Prestados, Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
a. Custo dos serviços vendidos				
Despesas de Pessoal	(1.523)	(1.865)	(1.523)	(1.865)
Serviços terceiros – Pessoas Jurídicas (a)	(536)	(1.045)	(536)	(1.045)
	<u>(2.059)</u>	<u>(2.910)</u>	<u>(2.059)</u>	<u>(2.910)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
b. Despesas gerais e administrativas				
Despesas de Pessoal	(3.680)	(3.873)	(3.680)	(3.873)
Ocupação	(578)	(160)	(578)	(160)
Serviços terceiros – Pessoas Jurídicas (a)	(1.500)	(1.580)	(1.503)	(1.580)
Depreciações e amortizações	(122)	(105)	(122)	(105)
Outras despesas gerais (b)	(59)	(599)	(138)	(599)
Publicidade e propaganda	(1)	(15)	(1)	(15)
Outras despesas (c)	(3.026)	-	(3.026)	-
	<u>(8.966)</u>	<u>(6.332)</u>	<u>(9.048)</u>	<u>(6.332)</u>

- (a) Serviços tomados, referentes a prestadores de serviços diversos
(b) Despesas diversas, principalmente despesas de uso de software.
(c) Provisão para perdas prováveis na realização de investimentos no Creditcorp II Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Receitas de juros e atualização monetária	577	614	577	614
	577	614	577	614
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos (a)	(3.449)	(308)	(3.449)	(308)
Despesas bancárias	(33)	(19)	(33)	(19)
	(3.482)	(327)	(3.482)	(327)
Resultado financeiro líquido	<u>(2.905)</u>	<u>287</u>	<u>(2.905)</u>	<u>287</u>

- (a) Consta no saldo de despesas de juros de empréstimos R\$ 1.359 referentes a remuneração adicional presente na Escritura de emissão de debênture conforme nota explicativa 13.

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<i>Imposto de renda e contribuição social diferido:</i>				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	4.612	2.532	4.612	2.532
Imposto de renda e CSLL pagos	-		(22)	-
Total de imposto de renda das operações	<u>4.612</u>	<u>2.532</u>	<u>4.590</u>	<u>2.532</u>

b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

CREDITCORP SERVIÇOS CORPORATIVOS S.A*Demonstrações contábeis**31 de dezembro de 2023*

Ativos fiscais diferidos	01/01/2023	Realização	Adições	31/12/2023
Prej. fiscal e base negativa da CSLL	3.243	-	4.612	7.855
	<u>3.243</u>	<u>-</u>	<u>4.612</u>	<u>7.855</u>
Impacto líquido no resultado	<u>3.243</u>	<u>-</u>	<u>4.612</u>	<u>7.855</u>

Ativos fiscais diferidos	01/01/2022	Realização	Adições	31/12/2022
Prej. fiscal e base negativa da CSLL	711	-	2.532	3.243
	<u>711</u>	<u>-</u>	<u>2.532</u>	<u>3.243</u>
Impacto líquido no resultado	<u>711</u>	<u>-</u>	<u>2.532</u>	<u>3.243</u>

A empresa possui estimativas de resultados futuras que preveem a realização destes montantes de ativos diferidos ao longo dos próximos 5 anos.

25 Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação foi baseado no Resultado do Exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

Controladora		
Resultado por ação básico e diluído	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	<u>(8.953)</u>	<u>(5.424)</u>
	31/12/2023	31/12/2022
	Ações ordinárias	Ações ordinárias
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	1.052.631	1.052.631
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>1.052.631</u>	<u>1.052.631</u>
Resultado por ação (em R\$) – Básico e Diluído	(8,51)	(5,15)
Consolidado		
Resultado por ação básico e diluído	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	(8.953)	(5.424)
	31/12/2023	31/12/2022
	Ações ordinárias	Ações ordinárias
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	1.052.631	1.052.631
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	1.052.631	1.052.631
Resultado por ação (em R\$) – Básico e Diluído	(8,51)	(5,15)

26 Gerenciamento de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

O gerenciamento de Risco é um processo dinâmico e se faz necessário a atuação em modo contínuo, com reportes e controles diários. O objetivo é gerenciar os riscos envolvidos em todas as atividades, para maximizar as oportunidades de se alcançar os objetivos estratégicos da Companhia.

Todas as áreas são responsáveis por gerir os riscos inerentes aos seus processos e comunicar, de forma tempestiva, a área de Gestão de Risco incidentes que podem alterar o perfil de risco da instituição. Além de reportar eventos de perdas operacionais.

A Governança da Gestão de Risco começa pelas definições das áreas envolvidas e suas responsabilidades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 831 em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 5.717). O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Garantias

A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não emitiu nenhuma garantia as suas controladas.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As aplicações financeiras substancialmente estão concentradas em fundos de investimentos que possuem em sua carteira ativos indexados ao CDI que minimiza riscos de oscilação nos preços e impacto na cota do fundo.

(i) *Risco cambial*

A companhia está exposta aos efeitos da variação das taxas de câmbio, decorrente, exclusivamente, de compras de licenças de software. Por sua vez, considerando o baixo investimento mantido em tais compras, qualquer flutuação nas taxas de câmbio representará ganhos ou perdas não significativas.

GF Serviços de Contabilidade S/S
Reg. no CRC 1SP33586008

Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Junior
Diretor Responsável